



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMENARA - FMS ALMENARA**

**Município: ALMENARA/MG**



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### I - DADOS BÁSICOS

**Finalidade:** Auditoria Programada eixo COVID-19

**Entidade Responsável:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMENARA - FMS ALMENARA

**CPF/CNPJ:** 11.486.972/0001-54

**Município/UF:** ALMENARA-MG

**Unidade Visitada:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMENARA - FMS ALMENARA

**CPF/CNPJ:** 11.486.972/0001-54

**Município/UF:** ALMENARA/MG

**Demandante:** Componente Estadual do SNA

**Forma:** Direta

**Objeto:** Gestão

**Abrangência:** Março/2020 a Abril/2021

**Gestão do Prestador:** Plena

**Fase(s):**

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	16/12/2020	31/03/2021
Execução - In loco	08/06/2021	11/06/2021
Relatório	14/06/2021	05/07/2021
Execução - In loco	08/11/2021	10/11/2021

**Tarefa Nº:** 123730

**Natureza da Entidade:** Municipal

### II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

**LEANDRO BRITO DE ANDRADE**

**Cargo:** Secretário Municipal de Saúde

**Exercício:** Desde 02/01/2017

### III - INTRODUÇÃO

#### III.1 - Fator Desencadeante:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no

Auditoria nº 639



enfrentamento da COVID-19, realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Almenara e na Fundação/Hospital Deraldo Guimarães – HDG. A solicitação de programação da Auditoria foi encaminhada por meio do Despacho nº 222/2020/SES/AUDSUS, da

Assessoria de Auditoria Assistencial da SES-MG, para uma equipe de auditores da Assessoria Regional de Auditoria Assistencial (ARAS) Nordeste, ARAS Leste e ARAS Jequitinhonha, das Superintendências Regionais de Saúde de Teófilo Otoni, Governador Valadares e Diamantina.

#### **III.2 - Objetivos e Escopo da Auditoria:**

Realizar Auditoria Programada Secretaria Municipal de Saúde de Almenara tendo como unidade visitada o Hospital Deraldo Guimarães, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a abril/2021.

#### **III.3 – Caracterização do Objeto de Auditoria**

Almenara-MG é município da Macrorregião de Saúde Nordeste e da microrregião bipolar Almenara/Jacinto (PDR 2019), composta por 14 (quatorze) municípios: Almenara, Bandeira, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto e Santo Antônio do Jacinto, contando com uma população total de 171.474 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro) habitantes (Fonte: IBGE-TCU Estimativa 2019). É habilitado em gestão sobre seus prestadores, conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº 2194/2015. Conforme o Plano de Contingência Macro Nordeste, a SMS de Almenara ficou responsável como Referência SRAG/Covid-19 de 1ª prioridade com um prestador hospitalar. Os recursos recebidos para combate ao Covid19 e sua base legal podem ser observados no Anexo I - Recursos Financeiros MAC Repassados Ao Município de Almenara Enfrentamento COVID-19.

A unidade hospitalar visitada no município de Almenara é a Fundação/Hospital Deraldo Guimarães - Entidade sem fins lucrativos – CNPJ 20.180.634/0001-80 - CNES 2108992. A instituição foi contemplada com o Incentivo pela disponibilização de Leitos COVID-19 por meio das Resoluções SES/MG nº 7295, 7384 e 7396. No início da pandemia (março/2020 a setembro/2020) o Hospital Deraldo Guimarães disponibilizou apenas 10 (dez) leitos Clínicos para combate ao Covid-19 e a partir da competência outubro/2020 a instituição passou a disponibilizar além dos leitos clínicos, 10 Leitos de UTI II ADULTO-SINDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE (SRAG) - COVID-19, situação encontrada pela equipe na fase operativa para enfrentamento ao COVID-19.

## **IV - METODOLOGIA**

#### **IV.1 - Fase Analítica:**

Esta auditoria foi desenvolvida por meio de trabalhos analíticos no período de 01/2021 a 04/2021. Nesta fase, foram realizadas as seguintes atividades:

a) Análise do processo SEI 1320.01.0139151/2020-25 que deu origem à auditoria;

b) Análise dos documentos listados a seguir:

- Análise do Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);
- Termo(s) de Contratualização entre a SMS e o Hospital Deraldo Guimarães
- Instrumentos jurídicos formalizados entre a SMS e o Hospital Deraldo Guimarães, que viabilizaram repasses financeiros e materiais no período de abrangência Março/2020 a Fevereiro/2021 para as ações de enfrentamento da COVID-19 (Termos de Subvenção, Termos de Cessão, Termos de Doação, ETC);
- Relação Total dos Recursos Financeiros repassados do Fundo Nacional de Saúde (Recursos Federais) para o Fundo Municipal de Saúde (inclusive Emendas Parlamentares) vinculados ao enfrentamento da COVID 19, no período de Março/2020 a Fevereiro/2021
- Relação Total dos Recursos Financeiros/Materiais repassados do Fundo Estadual de Saúde (Recursos Estaduais) para o Fundo Municipal de Saúde (inclusive Emendas Parlamentares) vinculados ao enfrentamento da COVID 19, no período de Março/2020 a Fevereiro/2021
- Relação Total dos Recursos Financeiros/Materiais repassados do Fundo Municipal de Saúde (recursos Próprios) para o Hospital Deraldo

Auditoria nº 639



Guimarães vinculados ao enfrentamento da COVID 19, no período de Março/2020 a Fevereiro/2021 -  
Relatório SIOPS Exercício 2020

- Atos/Decretos/Portarias municipais que tratam de destinação de recursos para enfrentamento de COVID 19
- Documentos que comprovem (conforme regra de repasse e instrumento jurídico formalizado) a validação das prestações de Contas Parciais e/ou total do prestador Hospital Deraldo Guimarães à SMS referente aos recursos recebidos para COVID nas ações de média e alta complexidade.
- Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) referente ao período Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Cópia do cartão de situação cadastral que comprova a inscrição do FMS no CNPJ.
- Relação das contas correntes do FMS com identificação onde ocorrem(ram) movimentações dos recursos financeiros para enfrentamento da COVID 19.
- Plano de Trabalho de aplicação dos recursos com Relatórios de Acompanhamentos do mesmo ou Relatório Descritivo de Resultados.
- Relação de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos adquiridos e local de entrega
- Processos de dispensa de licitação
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) Ano 2020 (parte que trata de orçamento da Saúde).
- Documentação que comprovem os trâmites para alteração/complementação na LDO e as medidas adotadas para atuação frente a COVID19.
- Plano Municipal de Saúde(2017-2020) (PMS).
- Programação Anual de Saúde 2020 (PAS).
- Atas do Conselho Municipal de Saúde de aprovação das readequações do Plano Municipal de Saúde e Programação Anual de Saúde.
- Atas do Conselho Municipal de Saúde constando a apresentação dos RDQAs ao CMS;
- Registro da apresentação dos RDQAs para a Câmara de Vereadores do período auditado (Março/2020 a Fevereiro/2021).
- Relatório Anual de Gestão 2020 (RAG);
- Documentos que comprovem que a SMS divulgou as aquisições ou contratações realizadas em decorrência do COVID-19, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da realização dos atos, conforme preconiza a legislação vigente (Sites, Publicações, ETC): - Relatórios, Atas, Planilhas ou registros de que a SMS realiza acompanhamento periódico das ações de enfrentamento da COVID -19 realizadas pelo prestador hospitalar.
- Relatórios de registros das taxas de ocupação de leitos Clínicos e de UTI/COVID-19;
- Relatórios de ocupação de leitos clínicos e de UTI do SUS FÁCIIMG e CNES
- Relatórios das internações aprovadas extraídos do SIHD relativos aos atendimentos COVID-19 do Hospital Deraldo Guimarães no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Relatórios ou outro instrumento de monitoramento/acompanhamento dos indicadores e metas pactuados para enfrentamento da COVID-19 do Hospital Deraldo Guimarães no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Relatórios de inspeção sanitária realizados no Hospital Deraldo Guimarães no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Instrumento que comprove a avaliação da qualidade da Unidade Prestadora de Serviço e contemple indicadores de resultados e parâmetros de cobertura, produtividade e qualidade.
- Cópia do Plano Macrorregional de Contingência da COVID-19
- Cópia das atas de reuniões com HEFA para cumprimento do Plano Macrorregional de Contingência da COVID-19.
- Cópias das atas das reuniões da Comissão de Contratualização- Instrumento(s) jurídico(s) firmado(s) com a SES/MG para repasse de recursos financeiros/materiais destinados ao enfrentamento da COVID-19 no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Relação de Contas do HEFA que receberam recurso para enfrentamento do COVID19 no período de Março/2020 a Fevereiro/2021. - Relação dos pagamentos efetuados pelo Hospital Deraldo Guimarães referentes aos recursos financeiros recebidos para enfrentamento da COVID-19 no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Relação de equipamentos, materiais, insumos e medicamentos recebidos e/ou adquiridos para o enfrentamento da COVID-19 no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Termo de Cessão/Doação ou instrumento congênere que formalizou a disponibilização de equipamentos, materiais, insumos e medicamentos ao Hospital para o enfrentamento da COVID no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- Lista de patrimônio dos equipamentos e materiais permanentes recebidos e/ou adquiridos para o enfrentamento da COVID no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Planilha de controle de entrada e saída do almoxarifado/farmácia dos equipamentos, materiais, insumos, medicamentos destinados às ações de enfrentamento da COVID-19 no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Registro de disponibilidade de medicação destinada à assistência no enfrentamento da COVID-19 no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Relatórios de dispensação de medicamentos para tratamento COVID-19.
- Relatórios ou outro instrumento de monitoramento/acompanhamento dos indicadores e metas pactuados para enfrentamento da COVID-19 no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Instrumento(s) jurídico(s) firmado(s) com a SES/MG para repasse de recursos materiais destinados ao enfrentamento da COVID-19 no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Escalas de plantão médico presencial da UTI e Clínica Médica (leitos COVID) no período Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Escalas de plantão da enfermagem da UTI e Clínica Médica (leitos COVID) no período Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Escalas de plantão dos fisioterapeutas da UTI e Clínica Médica (leitos COVID) no período Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Relação dos profissionais contratados (médicos, equipe de enfermagem e fisioterapeutas) para atendimento nas unidades UTI e Clínica Médica (COVID/SUS) no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Relatórios institucionais ou outro documento atualizado quanto ao quantitativo de leitos, taxa de ocupação e preenchimento do SUSFácil referente aos leitos COVID no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Relatório ou outro documento enviado à SMS Almenara contendo informações atualizadas sobre leitos COVID-19 no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Protocolo(s) para manejo clínico da COVID-19
- Registros dos treinamentos/capacitações oferecidos pelo Hospital aos profissionais de saúde sobre manejo do COVID-19 (atas, certificados ou outros documentos comprobatórios) no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Protocolo de Segurança do Paciente no contexto da COVID-19
- Registros das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Segurança do Paciente para prevenção e vigilância de infecções por Sars-CoV-2 (COVID-19): atas, fichas, planilhas, outros documentos comprobatórios.
- Registros dos treinamentos/capacitações oferecidos pelo Hospital aos profissionais de saúde sobre segurança do paciente, fluxograma para a dinâmica de segregação e adaptação do atendimento e prevenção da ocorrência de eventos adversos, no contexto da COVID-19
- Fluxograma para a dinâmica de segregação e adaptação do atendimento de pacientes suspeitos COVID-19
- Documentos que comprovem a aquisição/recebimento de EPIs pelo Hospital no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Documentos que comprovem os registros de estoque e distribuição de EPIs para os profissionais das Unidades de Terapia Intensiva e Clínica Médica (leitos COVID) no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.
- Lista de materiais recebidos no posto de enfermagem, na UTI e Clínica Médica (leitos COVID) referente a EPIs para atuação no enfrentamento da COVID-19.
- Cópia da Guia SIAD de recebimento dos equipamentos da SES-MG
- Registro fotográfico dos equipamentos e materiais permanentes (incluindo o número de patrimônio) recebidos e/ou adquiridos para o enfrentamento da COVID no período de Março/2020 a Fevereiro/2021.

#### c) Consulta e Levantamento de Dados nos Sistemas de Informações:

- SIGRES
- CNES/DATASUS
- FNS
- Relatório Business Object
- Portal da Transparência Municipal



#### IV.2 - Fase Operativa

No dia 26/04/2021 o Auditor Financeiro da Assessoria Regional de Auditoria Assistencial-ARAS Nordeste se apresentou ao Gestor Municipal de Saúde e sua Assessoria, tendo como sequência a reunião de abertura dos trabalhos, informando o objetivo da auditoria programada, a origem e evolução dos Trabalhos de Auditoria.

Foram realizados os trabalhos de análise documental, visita a setores da secretaria e prefeitura municipal para levantamento de dados e ao término dos trabalhos na SMS foi formalizado o termo de auditoria.

A equipe assistencial de auditores se apresentou ao Gestor no dia 08/06/2021, nas dependências da secretaria municipal de saúde e procedeu-se à reunião de abertura, onde foi explicada sobre a continuidade da fase operativa da auditoria. No mesmo momento, procedeu-se a verificação da documentação solicitada previamente e que ainda não tinha sido entregue. Não foram entregues os seguintes documentos: - Comissão de Contratualização

- Relatório quantitativo/qualitativo da Comissão de Contratualização

Foi realizado termo de entrevista com o Responsável pelo setor de Regulação da SMS.

No dia 10/06/2021 os Auditores reuniram-se com o Secretário Municipal de Saúde para finalização dos trabalhos operativos, onde ficaram ratificados os desdobramentos futuros do Processo de Auditoria.

No período de 08 a 10/11/2021, dois auditores do NMAA Nordeste realizaram nova diligência na Fundação/Hospital Deraldo Guimarães, em razão de complementação de coleta de dados/documentos para a Atividade nº 639. Além do período original (março/2020 a fevereiro/2021) a análise contemplará os meses de março e abril/2021 em abordagem às internações hospitalares em UTI no enfrentamento da COVID-19 e também dos recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade, a fim de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e assistenciais prestadas pela respectiva entidade. Foram analisados todos os prontuários referente internações de pacientes da área Covid 19 do hospital no período compreendido entre 01/03/2021 e 30/04/2021 e procedeu-se à consolidação dos dados. Houve também a análise de prestação de contas dos recursos utilizados nos dois meses supracitados para complementação da análise financeira inicial e solicitação de documentação financeira à SMS para comprovar repasse de recurso no mês de abril/21 ao hospital.

#### IV.3 - Limitação

Não houve limitações aos trabalhos de auditoria.

### V - CONSTATAÇÕES

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 624783

**Subgrupo:** Convênios

**Item:** Formalização

**Constatação:** A SMS de Almenara celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital Deraldo Guimarães para o repasse de recursos

financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal) referente ao enfrentamento COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

**Evidência:** Em auditoria, constatou-se que a Prefeitura Municipal de Almenara recebeu recursos financeiros de origem Federal e Estadual para o combate ao COVID-19 (Anexos I e II). Parte destes recursos foram repassados ao Hospital Deraldo Guimarães (HDG) que recebeu recursos financeiros do SUS de origem Federal e Estadual para enfrentamento da COVID 19 no período de Março/2020 a Abril/2021.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Para efetivar o repasse dos recursos financeiros do SUS para enfrentamento da COVID, a Prefeitura Municipal/SMS Almenara celebrou Termos de Convênios específicos para cada recurso financeiro disponibilizado, conforme o instrumento legal de fomento, conforme descritos no Anexo 1.

Estes instrumentos (Termos de Convênios) possuem as cláusulas contratuais imperiosas e necessárias para o resguardo dos atributos legais na utilização dos recursos do SUS, inclusive com registros nos respectivos Planos de Trabalho, discriminando o Programa de aplicação dos recursos recebidos, conforme dispõe a legislação em vigor.

Acrescenta-se que a SMS firmou um Termo de Cooperação com o Ministério Público Estadual com intuito de prover financiamento de internações de leitos clínicos no Hospital Deraldo Guimarães, sendo realizado um repasse único no mês de novembro/2020.

Ressalta-se que o HDG também é contratualizado com a administração pública municipal celebrado por meio do Termo de Contratualização nº 070/2017 e aditivado em 25/11/2020.

No que tange aos recursos estaduais repassados diretamente do FES ao Hospital, foi celebrado o Termo de Metas nº 84/7295/2020 aditivado duas vezes.

Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº 02/2017 - Anexo 2 do Anexo XXIV - artigo 14; Portaria GM/MS nº 1.393/2020 art. 4º, § 1º; Resolução SES/MG nº 7295/2020 - art. 5º - Inc. I; Resolução SES/MG nº 7384/2021 - art. 5º - Inc. I; Resolução SES/MG nº 7396/2021 - art. 5º - Inc. I; Resolução SES/MG nº 7.097/2020 - art. 2º Caput e § 1º; Resolução SES/MG nº 7.098/2020 - art. 2º Caput e § 1º; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 doença pelo Coronavírus - COVID-19 da Macrorregião Nordeste - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais - item V; Lei 8.666/1993, art. 55, 56 e 57, art.60, Caput e Parágrafo único e seguintes conforme o caso; Portaria nº 3390/2013, art. 32 § 3º ; Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 128, 129, 130 §3º; Portaria de Consolidação nº 02/2017 Anexo 2 do Anexo XXIV da (Diretrizes para a contrualização de Hospitais no âmbito do SUS). Lei nº8.080/90 art. 24 Parágrafo Único; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea L. Decreto Estadual nº nº.45.468/2010. Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020. Decreto Federal Nº 10.360 de 21.05.2020. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961, DE 6 DE MAIO DE 2020. Emenda Constitucional nº 106 de 06 de maio de 2020.

**Fonte da Evidência:** Termo de Contratualização 070/2017 e seus respectivos aditivos  
Termo de Convênio nº 012/2020;  
Termo de Convênio nº 014/2020;  
Termo de Convênio nº 015/2020;  
Termo de Convênio nº 016/2020;  
Termo de Convênio nº 017/2020  
Termo de Convênio nº 001/2021  
Termo de Metas nº 84/7295/2020 com seus respectivos aditivos **Conformidade:**

Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628610

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Movimentação financeira

Auditoria nº 639





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Constatação:** A SMS de Almenara não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FES para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.

**Evidência:** Em auditoria, constatou-se que a SMS Almenara não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.

A SMS de Almenara recebeu por meio da Resolução SES/MG nº 7097/2020 (via Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Jean Freire) - o valor total de R\$ 452.000,00 (Quatrocentos e Cinquenta e Dois Mil Reais) para custeio de ações e serviços de saúde do município de Almenara, sendo que deste montante, R\$ 92.000,00 (Noventa e Dois Mil Reais) foram repassados na ação orçamentária 1008 - Enfrentamento ao Coronavírus - cuja utilização deveria ter sido efetuada tão somente para ações de enfrentamento à Pandemia de COVID-19 com a execução comprovada para esse fim. Os recursos foram recebidos no dia 06/05/2020 nas contas correntes 33221-6 (R\$ 42.000,00) e 33222-4 (R\$ 50.000,00), agência 02844 do Banco do Brasil (001).

A SMS de Almenara recebeu por meio da Resolução SES/MG nº 7098/2020 (via Emenda Parlamentar do Deputado Osvaldo Lopes) - o valor total de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) a título de investimento repassados na ação orçamentária 1008 - Enfrentamento ao Coronavírus - cuja utilização deveria ter sido efetuada tão somente para aquisição de equipamentos e materiais permanentes conforme descritos no Anexo III da referida Resolução. Os recursos foram recebidos no dia 29/05/2020 na conta corrente 33228-3, agência 0284-4 do Banco do Brasil (001).

Ocorre que os extratos bancários das contas acima discriminadas demonstraram que os recursos não foram utilizados para o fim ao qual se propunham (ação orçamentária 1008 - Enfrentamento ao Coronavírus), sendo mantidos integralmente, em aplicação, nas contas, até auditoria operativa no dia 26/04/2021.

Tal fato está em desacordo com a Resolução SES/MG nº 7097/2020, art. 1º, art. 3º § 5º, art. 4º e art. 8º, Resolução SES/MG nº 7098/2020, art. 1º, art. 3º § 3º, art. 4º e art. 8º, Termo de Compromisso nº 18/7097/2020 - CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES I - AO MUNICÍPIO/SMS § 1º alíneas a, b, c, f, g, Decreto Estadual nº 45.468/2010. Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 13979/2020; Decreto Federal nº 10.360/2020 e Medida Provisória nº 961/2020.

**Fonte da Evidência:**

- \_ Cópias de Extratos Bancários das Contas Correntes nºs 33221-4, 33221-6 e 33228-3 da agência 0284-4 do Banco do Brasil (001) datados de 26/04/2021.
- \_ Termo de Compromisso 018/7097/2020 e Termo de Compromisso 018/7098/2020
- \_ Resolução SES/MG nº 7176/2020 que descreve as ações orçamentárias para o ano de 2020
- \_ Relatório Relação de Indicações de Emendas Parlamentares - Ano 2020 - retirado do site <http://www.sigconsaida.mg.gov.br/emendas-2020/> em 08/02/2021;
- \_ Consulta das transferências do FES ao FMS de Almenara no site <http://www.transparencia.mg.gov.br>, em 08/06/2021;
- \_ Relatório Pagamentos LOA e RP Almenara - COVID (Relatório BO- Business Object) extraído em 08/03/2021; \_ Planilha da Subsecretaria de Regulação em Saúde da SES/MG com repasse dos recursos COVID-19, emitida no dia 19/02/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de manifestação escrita, Ofício SMS Almenara nº 109/2022, datado de 31/05/2022, o Sr. L.B.A. enquanto pessoa física e representante legal da pessoa jurídica respondendo aos ofícios SES/AUDUS nº 111/2022 e 112/2022 se manifestou da seguinte forma:

"O município recebeu recurso proveniente de Emenda Parlamentar da Resolução 7.097/2020, sendo o valor de 42.000,00 e 50.000,00 exclusivo na ação 1008 - Enfrentamento ao Coronavírus - Conforme a resolução o beneficiário foi o Fundo Municipal

Auditoria nº 639





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



de Saúde, ou seja receita municipal para utilização na ação do enfrentamento ao COVID-19, na mesma resolução tinha algumas entidades filantrópicas o Hospital Deraldo Guimarães não contemplado. O recurso foi utilizado de forma correta".

**Análise da Justificativa:** Justificativa acatada.

Auditado manifestou-se apenas a respeito dos recursos oriundos da Resolução SES/MG nº 7097/2020 (R\$ 42.000,00 e R\$ 50.000,00) alegando que o beneficiário final seria o Fundo Municipal de Saúde e que o Hospital Deraldo Guimarães não foi beneficiado com o referido recurso na Resolução supracitada.

Ocorre que a aplicação dos recursos repassados pelas Resoluções 7097/2020 e 7098/2020 deveriam ser utilizados nas ações de custeio e investimento em saúde para enfrentamento ao Covid-19 pelo beneficiário (FMS Almenara) e sendo discricionária por parte do gestor municipal a sua aplicação no HDG, não existindo obrigatoriedade para repasse à entidade.

No entanto, o recurso deveria ter sido executado no prazo previsto pelas legislações supracitadas (24 meses a partir do recebimento na conta) e os extratos bancários das contas do FMS demonstraram que os recursos não foram utilizados para o fim ao qual se propunham (ação orçamentária 1008 - Enfrentamento ao Coronavírus), sendo mantidos integralmente, em aplicação, nas contas, até auditoria operativa no dia 26/04/2021. Ademais, o auditado em sua manifestação não encaminhou comprovação da aplicação dos referidos recursos.

Diante do exposto, acatamos a justificativa da não obrigatoriedade do repasse dos recursos ao Hospital Deraldo Guimarães para combate ao Covid-19 nas ações de média/alta complexidade, mas ratificamos que a aplicação encontra-se fora do prazo legal, pois os mesmos, até prova em contrário, continuam mantidos em aplicação nas contas do FMS de Almenara.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628795

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** A SMS de Almenara não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.

**Evidência:** Em auditoria, constatou-se que a SMS de Almenara não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.

A SMS de Almenara recebeu do Fundo Nacional de Saúde para o enfrentamento da COVID-19 no grupo MAC, no período de Março/2020 a Abril/2021, o montante global no valor de R\$ 2.990.802,00 (dois milhões, novecentos e noventa mil e oitocentos e dois reais), recursos específicos destinados ao Hospital Deraldo Guimarães (Portarias GM/MS 1393, 1448 e 3566/2020 e Portaria 559/2021) conforme registrado no Anexo I.

Conforme Anexo I, foram repassados recursos federais do FMS Almenara ao hospital Deraldo Guimarães, no período de março/2020 a abril/2021, mediante os respectivos termos de convênio específicos, no qual aqueles repasses que se encontram com inconformidades estão descritos abaixo:

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



\_ Dia 01/07/2020 - Termo 016/2020 - Repasse de R\$ 510.588,92 (quinhentos e dez mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos) mediante Nota de Empenho 2261/20 do FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF para o HDG na c.c. nº 33242-9 - ag. 0284-4 - BB, para Aquisição de Equipamentos, Suprimentos, Insumos e Produtos Hospitalares e Pagamento dos Profissionais de Saúde que atuam na área COVID-19 e Reforma. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1448/2020 e é específico para repasse ao HDG; deveria portanto ter sido repassado em até 05 (cinco) dias após o crédito na conta do FMS de Almenara. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 03/06/2020 e o repasse para a conta do hospital só foi executado, mediante transferência bancária no dia 02/07/2020, exatamente 29 (vinte e nove) dias após o recebimento na conta do FMS.

Diante do exposto, constatou-se que a SMS não respeitou alguns ditames legais no que tange à aplicação dos recursos Covid MAC de origem federal.

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 1º e Seção IV - art. 303; Decreto Federal nº 7507/2011 - art. 2º, Portaria 1393/2020 - art. 4º e Portaria GM/MS nº 1448/2020 - art. 1º § 1º e art. 2º.

**Fonte da Evidência:** \_ Consulta das transferências do FNS ao FMS de Almenara - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>, em 08/02/2021;  
\_ Cópias de Notas de Empenhos Ordinários 2248/20, 2261/20, 3908/20 e 06/2021;  
\_ Extratos bancários das Contas 1 - FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF / 2 - FMS Almenara c.c. 33887-7 - ag. 0284-4 - BB / 3 - HDG c.c. nº 500279-5 - ag. 0606-8 - CEF / 4 - HDG c.c. nº 33242-9 - ag. 0284-4 - BB  
\_ Cópias de Termos de Convênios 016/2020, 017/2020 e 01/2021  
\_ Cópia de Termo de Cooperação com o Ministério Público  
\_ Razão de Bancos da FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 e CEF.  
\_ Termo de Auditoria lavrado em 28/04/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de manifestação escrita, Ofício SMS Almenara nº 109/2022, datado de 31/05/2022, o Sr. L.B.A. enquanto pessoa física e representante legal da pessoa jurídica respondendo aos ofícios SES/AUDUS nº 111/2022 e 112/2022 se manifestou da seguinte forma:

"O município recebeu recurso da Portaria 1.448/2020, o valor de R\$ 510.588,92 no dia 03/06/2020, logo o município iniciou o processo de convenio para realização o repasse, mas devido a demora da apresentação do Plano de Trabalho do Hospital o que demorou a entrega na Prefeitura, assim que o hospital enviou o Plano foi celebrado o Convenio e feito o repasse. Por questões burocráticas que demorou no repasse, mas foi realizado".

**Análise da Justificativa:** Justificativa não acatada.

Não obstante a necessidade de celebração do adequado instrumento jurídico e da elaboração do devido plano de trabalho para repasse e posterior utilização dos recursos pelo hospital, bem como a sua efetivação à entidade ocorrida na data de 02/07/2020, o fato é que o prazo de 29 (vinte e nove dias) para o efetivo repasse para a conta do hospital contrariou os dispositivos legais citados na evidência e que dispõem sobre a matéria.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita. **Acatamento da**

**Justificativa:** Não

**Recomendação:** Realizar os repasses de recursos financeiros federais do SUS específicos para o Hospital Deraldo Guimarães (HDG)

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



dentro dos prazos especificados nas legislações, conforme dispõe o Decreto Federal nº 7507/2011 - art. 2º, a Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 1º e Seção IV - art. 303; a Portaria 1393/2020 - art. 4º e a Portaria GM/MS nº 1448/2020 - art. 1º § 1º e art. 2º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMENARA - FMS ALMENARA	11.486.972/0001-54

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628828

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** A SMS de Almenara não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.

**Evidência:** Em auditoria, constatou-se que a SMS de Almenara não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.

Conforme Anexo I foram repassados recursos federais do FMS Almenara ao hospital Deraldo Guimarães, no período de março/2020 a abril/2021, mediante os respectivos termos de convênio específicos, no qual aqueles repasses que se encontram com inconformidades estão descritos abaixo:

\_ Dia 17/11/2020 - Termo de Cooperação com MP - Repasse de R\$ 118.500,00 (cento e dezoito mil e quinhentos reais) mediante Nota de Empenho 3908/20 - do FMS Almenara c.c. 33887-7 - ag. 0284-4 - BB para o HDG na c.c. nº 33242-9 - ag. 0284-4 - BB, para prestação de serviços médico-hospitalares no contexto da COVID-19, atendendo Termo de Cooperação celebrado com o Ministério Público. Ocorre que todos os recursos para combate ao COVID 19 de origem federal foram recebidos na conta de custeio do FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF. Neste caso, especificamente, o recurso foi primeiro transferido da conta de recebimento (624024-4 - CEF) para a conta do BB (30887-7) que se refere a conta de coparticipação de municípios da região para fomento às ações do prestador hospitalar HDG que nada têm a ver com os recursos Covid, confundindo as ações e o fim para o qual os recursos foram definidos, e só após esta movimentação indevida o recurso foi transferido para a conta do hospital.

\_ Dia 13/01/2021, Dia 02/02/2021, Dia 08/03/2021 e Dia 18/03/2021 - Termo 01/2021 - Repasse de R\$ 1.008.588,92 (um milhão, oito mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos) mediante Nota de Empenho 06/2021 do FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF para o HDG na c.c. nº 33242-9 - ag. 0284-4 - BB, para Habilitação e Manutenção de Leitos UTI COVID Adulto II. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 3566/2020 e é específico para repasse ao HDG no que tange à habilitação e manutenção de leitos UTI Adulto tipo II no beneficiário. Deveria portanto ter sido repassado de forma integral em até 05 (cinco) dias após o crédito na conta do FMS de Almenara. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 29/12/2020 de forma integral pelo FNS e o repasse para a conta do hospital foi executado de forma fracionada em 03 (três) parcelas iguais de R\$ 333.336,00 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e seis reais) e mais um ajuste de R\$ 7.992,00 (sete mil, novecentos e noventa e dois reais) nas datas acima registradas.

Diante do exposto, constatou-se que a SMS não respeitou alguns ditames legais no que tange à aplicação dos recursos Covid MAC de origem federal.

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Tal fato está em desacordo com Lei 4320/1964 em seus arts. 61, 62, 90 e 91; Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 art. 3º § 1º e Seção IV - art. 303; Decreto Federal nº 7507/2011 - art. 2º; Portaria GM/MS nº 1448/2020 - art. 1º § 1º e art. 2º e Portaria 3566/2020 - art. 1º.

**Fonte da Evidência:**

- \_ Consulta das transferências do FNS ao FMS de Almenara - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>, em 08/02/2021;
- \_ Cópias de Notas de Empenhos Ordinários 2248/20, 2261/20, 3908/20 e 06/2021;
- \_ Extratos bancários das Contas1 - FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF / 2 - FMS Almenara c.c. 33887-7 - ag. 0284-4 - BB / 3 - HDG c.c. nº 500279-5 - ag. 0606-8 - CEF / 4 - HDG c.c. nº 33242-9 - ag. 0284-4 - BB
- \_ Cópias de Termos de Convênios 016/2020, 017/2020 e 01/2021
- \_ Cópia de Termo de Cooperação com o Ministério Público
- \_ Razão de Bancos de FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF.
- \_ Termo de Auditoria lavrado em 28/04/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de manifestação escrita, Ofício SMS Almenara nº 109/2022, datado de 31/05/2022, o Sr. L.B.A. enquanto pessoa física e representante legal da pessoa jurídica respondendo aos ofícios SES/AUDUS nº 111/2022 e 112/2022 se manifestou da seguinte forma:

"O município recebeu recurso da Portaria 3566/2020, o valor de R\$ 1.008.000,00 no dia 29/12/2020, logo o município iniciou o processo de convenio para realização do repasse, no Plano de Trabalho do Hospital apresentado o por o recurso ter sido repassado para três meses foi realizado em Parcelas mensais. Devido o Plano de trabalho em três meses deve que ser repassado conforme o Plano de Trabalho e não houve prejuízo".

**Análise da Justificativa:** Justificativa não acatada.

A Constatação supracitada evidencia duas inconformidades:

1 - Transferência indevida do recurso do termo de cooperação com MP - Repasse de R\$ 118.500,00 (cento e dezoito mil e quinhentos reais) - para combate ao COVID 19 de origem federal recebido na conta custeio do FMS Almenara (c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF) para a conta de coparticipação de municípios da região (c.c. 33887-7 - ag. 0284-4 - BB) para fomento às ações do prestador hospitalar HDG que nada têm a ver com os recursos Covid, confundindo a s ações e o fim para o qual o s recursos foram definidos, e s ó após esta movimentação indevida o recurso foi transferido para a conta do hospital.

O Auditado não se manifestou acerca dessa não conformidade.

2 - Fracionamento e atraso no repasse ao HDG do recurso referente à Portaria 3566/2020 (R\$ 1.008.588,92 (um milhão, oito mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos). Deveria portanto ter sido repassado de forma integral em até 05 (cinco) dias após o crédito na conta do FMS de Almenara.

Na alegação do auditado a justificativa é de que como o recurso da portaria 3566/2020 se refere à Habilitação e Manutenção de Leitos UTI COVID Adulto II no HDG pelo período de 3 (três) meses, o entendimento é de que seria considerado factível o desembolso dos valores em 3 (três) parcelas consecutivas referente aos 3 (três) meses. No entanto, não há amparo legal para essa justificativa, tendo em vista que na Portaria de fomento não há previsibilidade para este fracionamento e, além disso, as normas determinam o repasse dos recursos de forma integral até o 5º dia útil após o recebimento na conta do FMS.

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita e comunicação do fato ao MS/Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas, em razão do disposto no Decreto Federal nº 9795/2019, art. 24, inciso VI, Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37, inciso III; e Anexo II do Anexo XXIV, Capítulo II, art. 4º, inciso IV e Portaria de Consolidação nº 06/2017, arts. 303 e 304.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Realizar os repasses de recursos financeiros federais do SUS específicos para o Hospital Deraldo Guimarães (HDG) dentro dos prazos especificados nas legislações, conforme dispõe o Decreto Federal nº 7507/2011 - art. 2º, a Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 1º e Seção IV - art. 303; a Portaria 1393/2020 - art. 4º e a Portaria GM/MS nº 1448/2020 - art. 1º § 1º e art. 2º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMENARA - FMS ALMENARA	11.486.972/0001-54

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628829

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** Transferências bancárias indevidas de recursos federais do sus repassados fundo a fundo.

**Evidência:** Em auditoria constatou-se que ocorrem transferências bancárias indevidas de recursos federais do SUS, inclusive recurso covid, repassados fundo a fundo.

A análise dos extratos bancários da conta do FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF e do relatório razão de bancos no período de março/2020 a abril/2021 revelou a prática indevida de transferências bancárias de recursos federais repassados fundo a fundo.

Ressalte-se que todos os recursos de origem do FNS para enfrentamento ao COVID -19 foram efetuados nesta conta.

Assim, grande parte dos recursos da conta do FMS supracitada foram transferidos para a conta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) c.c. 5618-9 - ag. 0284-4 - BB que não faz parte do FMS.

Além disso, existem também outras transferências indevidas: A)

Para outras contas do FMS:

1 - FMS BLGES c.c.161-2 - ag. 0606-8 CEF; 2 - FMS INVEST SUS - ag. 0606-8 - CEF; 3 - FMS Almenara C.C. 33887-7 - Ag. 0284-4 - BB

B) Para contas que não são do FMS Almenara:

1 - FES PROHOSP - c.c. 30219-2 - BB; 2 - Rec. Diversos c.c. 19-5 - ag. 0606-8 - CEF; 3 - Arrecadação c.c. 6232-4 - ag. 0284-4 - BB.

Tal fato está em desacordo com Lei Complementar 141/2012 em seu art 12 - § 2º; Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 1º e Seção IV - art. 303; Decreto Federal nº 7507/2011 - art. 2º.

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Fonte da Evidência:** \_ Consulta das transferências do FNS ao FMS de Almenara  
<https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>, em 08/02/2021;

- \_ Cópias de Nota de Empenho Ordinário 3908/20;
- \_ Extratos bancários das Contas 1 - FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF / 2 - FMS Almenara c.c. 33887-7 - ag. 0284-4 - BB / 3 - HDG c.c. nº 33242-9 - ag. 0284-4 - BB
- \_ Razão de Bancos da FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de manifestação escrita, Ofício SMS Almenara nº 109/2022, datado de 31/05/2022, o Sr. L.B.A. enquanto pessoa física e representante legal da pessoa jurídica respondendo aos ofícios SES/AUDUS nº 111/2022 e 112/2022 se manifestou da seguinte forma:

"As transferências, em sua maior parte, foram creditadas na conta do FPM e em menor parte em outras contas como a conta de arrecadação própria e conta vinculada ao Fundo Municipal de Saúde (15%).

Ademais, as transferências supostamente apontadas como irregulares pela Auditoria, trata-se de receitas pertencentes ao município como ISSQN e IRRF retido em folha de pagamento e prestadores de serviços, bem como, devolução de contribuição previdenciária relativo a folha de pagamento dos profissionais do SUS Custeios e profissionais em combate ao a pandemia do Covid-19 que fora debitado na conta do FPM.

Anexo 1 - Identificamos transferência nos dias 11/11/2020 e 11/12/2020 para a conta 33.887-7 em função de pagamento para o Hospital Deraldo Guimarães conforme Termo de Cooperação 3 Leito Clínico COVID - A transferência foi realizada para a conta que foi aberta por causa do Termo de cooperação do Ministério Público e para realizar a prestação de conta para o MP que estavam pagando.

Anexo 2 - Referente a conta 30.219-8 não encontramos nenhuma transferência citada. A conta do Prohosp só tem receita e despesas ao Hospital Deraldo Guimarães.

Anexo 3 - Identificamos a transferência do dia 28/04/2020 para a conta 624.025-2, feita de forma indevida, após a identificação conforme comprovante em anexo devolvemos.

Anexo 4 - As transferências para a conta 5618-9 é realizada pois o Imposto de Renda e INSS são descontado na conta de forma de debito automático, segue em anexo os relatórios".

**Análise da Justificativa:** Justificativa não acatada.

O auditado em sua manifestação confirma a existência de transferências de recursos do SUS da conta custeio do FMS (c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF) para outras contas que não fazem parte do fundo, configurada a inconformidade em seu ato formal conforme determina a legislação:

DECRETO Nº 7.507, DE 27 DE JUNHO DE 2011.

Art. 2º Os recursos de que trata este Decreto serão depositados e mantidos em conta específica aberta para este fim em instituições financeiras oficiais federais.

§ 1º A movimentação dos recursos será realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados. Lei Complementar 141 de 13/01/2012

Art. 12 (...)

Auditoria nº 639





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



§ 2º Os recursos da União previstos nesta Lei Complementar serão transferidos aos demais entes da Federação e movimentados, até a sua destinação final, em contas específicas mantidas em instituição financeira oficial federal, observados os critérios e procedimentos definidos em ato próprio do Chefe do Poder Executivo da União.

Portanto, a alegação de que a maior parte das transferências foi efetuada para o Fundo de Participação do Município com intuito de recompor os valores pagos aos prestadores de serviços à título de despesas previdenciárias e impostos (Anexos I e II e IV), não elide a inconformidade detectada na auditoria.

Em outra vertente, confirma o auditado as transferências da referida conta custeio para a conta do FMS (c.c. 33887-7 - Ag.0284-4 - BB) em razão de pagamento ao HDG, fruto de cooperação com o Ministério Público (MP). Ocorre que o Termo de Cooperação firmado com o MP versa sobre estratégia regional de fortalecimento da Microrregião de Saúde de Almenara consumado em síntese em aportes mensais efetuados pelos municípios signatários em conta específica do FMS Almenara, visando repasse posterior ao HDG, como estratégia de fortalecimento das ações e serviços de saúde da Entidade. As transferências ocorreram, ao contrário do que alega o auditado, nas datas de 17/11/2020 (R\$ 118.500,00) e 11/12/2020 (R\$ 25.500,00). Portanto, não nos parece razoável repassar da conta de custeio que recebe recursos federais (inclusive para combate ao covid), valores consideráveis para a conta exclusiva do termo de cooperação, impedindo a ampla transparência no controle da utilização dos recursos da saúde.

Em outro ponto citado pelo auditado, este alega que não conseguiu localizar a transferência à conta do PROHOSP. Ocorre que o referido repasse ocorreu na data 27/05/2020 da conta de custeio para a conta FES PROHOSP - c.c. 30219-8 - BB (R\$ 14.253,67);

Alega ainda reconhecer a transferência indevida para a c.c. 624025-2 - ag 0606- CEF e encaminhou comprovante de devolução, o que foi comprovado pela equipe de auditores.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita e comunicação do fato ao MS/Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas, em razão do disposto no Decreto Federal nº 9795/2019, art. 24, inciso VI, Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art.

37, inciso III; e Anexo II do Anexo XXIV, Capítulo II, art. 4º, inciso IV.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Manter os recursos federais recebidos, inclusive para combate ao Covid-19, em conta específica aberta para este fim até a sua destinação final, propiciando maior transparência e controle por parte dos órgãos responsáveis, conforme dispõe a Lei Complementar 141/2012 em seu art 12 - § 2º; Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 1º e o Decreto Federal nº 7507/2011 - art. 2º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMENARA - FMS ALMENARA	11.486.972/0001-54

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628852

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Subgrupo:** Execução Orçamentária

**Item:** Contrapartida/EC 29

**Constatação:** A SMS de Almenara não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães.

**Evidência:** Em auditoria constatou-se que a SMS de Almenara não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Deraldo Guimarães. Ressalta-se que também não foram efetuadas aquisições por parte da SMS de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos para destinação ao prestador Hospital Deraldo Guimarães para o enfrentamento à COVID-19.

Todos os repasses realizados foram oriundos de recursos de origem estadual ou federal. Todos os termos de fomento celebrados (Termos de Convênio - Termo de Cooperação com MP e Termo de Contratualização nº 070/2017 e seus aditivos) não incluem a previsão de aplicação de recursos próprios para enfrentamento de COVID-19 no referido hospital.

Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar 141/2012, art. 1º, inciso II e art. 7º e Portaria de Consolidação nº 06/2017, art. 2º.

**Fonte da Evidência:**

- \_ Extratos bancários das Contas 1 - FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF / 2 - FMS Almenara c.c. 33887-7 - ag. 0284-4 - BB / 3 - HDG c.c. nº 500279-5 - ag. 0606-8 - CEF / 4 - HDG c.c. nº 33242-9 - ag. 0284-4 - BB.
- \_ Termo de Contratualização nº 070/2017 e Aditivos.
- \_ Termos de Convênios 012/2020, 014/2020, 016/2020, 017/2020 e 01/2021
- \_ Termo de Cooperação com o Ministério Público
- \_ Razão de Bancos da FMS Almenara c.c. 624024-4 - ag. 0606-8 - CEF.
- \_ Termo de Auditoria lavrado em 28/04/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de manifestação escrita, Ofício SMS Almenara nº 109/2022, datado de 31/05/2022, o Sr. L.B.A. enquanto pessoa física e representante legal da pessoa jurídica respondendo aos ofícios SES/AUDUS nº 111/2022 e 112/2022 se manifestou da seguinte forma:

"O município teve eficácia no enfrentamento da covid e o município é parceiro do Hospital e não houve solicitação por parte dos mesmos pois os recursos federais contemplaram as ações e supriu a necessidade".

**Análise da Justificativa:** Justificativa não acatada.

O auditado alega que não repassou recursos próprios para o HDG porque houve eficiência por parte da administração pública municipal e porque não houve solicitação por parte da entidade hospitalar de recursos municipais extras aos recursos federais que foram, no seu entender, suficientes para atingir os objetivos no que tange às ações de enfrentamento da Covid-19.

No entanto, a legislação determina que o financiamento das ações e serviços públicos de saúde é de responsabilidade das três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), englobando a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Esta divisão tripartite de responsabilidades, incluindo-se os recursos para combate ao Covid-19, observada a devida capacidade de cada ente, é que asseguram o equilíbrio financeiro e a implementação e manutenção das ações e serviços de saúde no município.

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Observar os preceitos da aplicação de recursos próprios nas ações e serviços de saúde, inclusive naquelas direcionadas para o enfrentamento e combate ao Covid-19, conforme dispõe a Lei Complementar nº 141/2012 em seu art. 1º, inciso II e art. 7º e Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 em seu art. 2º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMENARA - FMS ALMENARA	11.486.972/0001-54

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628855

**Subgrupo:** Execução Orçamentária

**Item:** Comprovação de despesas

**Constatação:** Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados ao Prestador Hospital Deraldo Guimarães estão em conformidade com os instrumentos jurídicos formalizados (Termo de Contratualização nº 070/2017 e aditivos - Termos de convênios de Repasse - Termo de Cooperação com MP e Planos de Trabalho) e com a legislação vigente.

**Evidência:** Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados ao Hospital Deraldo Guimarães se encontram regulares e devidamente instruídos, com existência de notas de empenho, notas de liquidação, comprovantes de transferências, termos de convênios, planos de trabalho, proposta de aquisição e cronograma de execução, bem como regularidade quanto ao cumprimento dos prazos e condições, conforme exigidos no Termo de Contratualização nº 070/2017 e aditivos, nos termos de convênio de repasses e do termo de cooperação com o MP.

Há compatibilidade entre a classificação orçamentária, o histórico e pagamentos nos empenhos, bem como referência ao processo licitatório desencadeante.

O Secretário Municipal de Saúde assina ordenando a despesa e autorizando pagamentos.

Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63 §2º - incisos I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19, art. 10 - inciso I ao VI - §1º e 2º e Lei Federal nº 8.666/93 - arts. 24 e 25 e Termos de Convênios 012/2020, 014/2020, 015/2020, 016/2020, 017/2020 - Cláusula Segunda - Item I - Alínea c) e Termo de Convênio 001/2021 - Cláusula terceira - Item I - Alínea c).

**Fonte da Evidência:**

- \_ Cópia de Termo de Contratualização nº 070/2017 e aditivos
- \_ Cópias de Termos de Convênios 012/2020, 014/2020, 015/2020, 016/2020, 017/2020 e 01/2021
- \_ Cópia de Termo de Cooperação com o Ministério Público
- \_ Cópia de Processos de Pagamentos - Empenhos nº: 1907/2020, 1980/2020, 2248/2020, 2261/2020, 2479/2020, 3908/2020 e 06/2021.

**Conformidade:** Conforme



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Grupo:** Gestão Municipal

**Constatação Nº:** 629201

**Subgrupo:** Regulação

**Item:** Rotina de Trabalho

**Constatação:** A SMS de Almenara não realiza acompanhamento da execução do instrumento jurídico firmado com o Hospital Deraldo Guimarães para enfrentamento da COVID-19.

**Evidência:** Em visita à SMS de Almenara, verificou-se a inexistência da documentação referente à Comissão de Contratualização e Relatório Quantitativo e Qualitativo, não encaminhados anteriormente quando foram solicitados no Anexo I do Ofício de Comunicação. O Coordenador de Regulação, F. A. de A. declarou que "o Setor faz monitoramento das ações do Hospital junto com a Comissão de Contratualização" mas, não apresentou os Relatórios.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1; Termo de Contratualização nº 70/2017 e seus Aditivos, inc. III, letras a, b, d e m; Termo de Convênio nº 12/2020-Cláusula Segunda, inc. I, alínea d; Mesmas Cláusulas nos Convênios nºs. 14/2020, 15/2020, 16/2020 e 17/2020.

**Fonte da Evidência:** Termo de Auditoria da SMS de 10/06/2021 (30951662);  
Termo de Entrevista com o Coordenador de Regulação, F. A. de A. em 10/06/2021. (30952052)

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício nº 109/2022 da Secretaria Municipal de Saúde de Almenara, datado de 31/05/2022, o Sr. L. B. A.. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Almenara), se manifestou da seguinte forma:

"Conforme a Lei N-º 13.992, DE 22 DE ABRIL DE 2020, que suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1-º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e LEI N-º 14.189, DE 28 DE JULHO DE 2021 que Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), Art. 1-º Esta Lei prorroga até 31 de dezembro de 2021, a partir de 1º de janeiro de 2021, a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)".

2- A pessoa física do representante da SMS Sr. L. B. A, não apresentou justificativa.

**Análise da Justificativa:** Analisando as Leis citadas pelo representante da SMS constatou-se a procedência da justificativa.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foi apresentada justificativa suficiente para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 629977

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Controle Média Complexidade

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde-SMS Almenara não realiza acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19.

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### Evidência:

A SMS não realiza acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19, ficando o controle dos leitos apenas pela Central de Regulação Macro Nordeste. O coordenador do Serviço de Regulação do município, o Sr. F.A.A., relatou o fluxo de atenção montado aos pacientes COVID-19: o usuário tem como suporte uma área que foi montada na própria SMS com atenção médica de 2 médicos, laboratório e call center com 5 enfermeiros para monitoramento dos pacientes. Foi definido também uma unidade básica de saúde como referência da Atenção Primária à Saúde para as suspeitas COVID com ambulância acessível para encaminhamento dos casos ao hospital quando necessário. Foi apresentada amostragem de documento recebido do Hospital Deraldo Guimarães contendo informações quanto aos pacientes internados leitos COVID-19 do mês de outubro/2020, bem como Boletim Epidemiológico Municipal de abril a outubro/2020, trazendo uma análise geral da taxa de ocupação, mas não há documentação que comprove que essa taxa é acompanhada de forma regular e sistemática. Também não houve relato de nenhum controle do município quanto aos leitos hospitalares.

Tal fato está em desacordo com Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 - doença pelo Coronavírus-COVID-19 da Macrorregião Nordeste, item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens II, III e IV; Portaria de Consolidação GM/MS nº02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II; Termo de Contratualização nº 070/2017, o Contratado, Inc. II, letras Y1-a.a e Inc. III, letras a, b, d e m.

#### Fonte da Evidência:

- Amostragem de documento recebido do Hospital Deraldo Guimarães contendo informações quanto aos pacientes internados leitos COVID-19-mes outubro/2020;
- Boletim Epidemiológico Municipal do período de abril a outubro/2020;
- Termo de Entrevista do coord. Regulação F.A.A. do dia 10/06/2021;
- Termo de Contratualização nº 070/2017.

#### Conformidade: Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de manifestação escrita, Ofício nº 109/2022 datado de 31/05/2022, o Sr. L.B.A. enquanto pessoa física e representante legal da pessoa jurídica, respondendo aos ofícios SES/AUDUS nº 111/2022 e 112/2022 se manifestou da seguinte forma:

"Conforme na evidencia o Boletim Municipal foi apresentado que contem a taxa de ocupação, o monitoramento da taxa era acompanhando diariamente pela equipe de médicos do COVID e equipe de epidemiologia. Todos os dias o Hospital entrava a planilha que era analise pela equipe que gerava o boletim. A equipe do COVID tem a evolução diária das planilhas e recebia diariamente as notificações do HDG. Em anexo ofício da responsável pela Epidemiologia. (anexo 5)".

**Análise da Justificativa:** Em análise à justificativa apresentada, constata-se que o setor de Epidemiologia executou as ações de Vigilância e monitoramento dos casos clínicos e hospitalizados da COVID-19, controlando a taxa de incidência e os casos notificados, facilitando assim a devida divulgação nos boletins diários.

Contudo, no município de Almenara consta grande número de negativas no SUSFácil no período avaliado, pelo Hospital Deraldo Guimarães, sem que o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação do município fizesse o devido controle da ocupação dos leitos e da lista de espera das transferências como é de sua competência, por ser município sede da microrregião. Como a análise da ocupação é baseada nos leitos ocupados e leitos disponíveis, não ocorreu esse monitoramento necessário.

Por fim, avaliando a manifestação apresentada, verificou-se que a justificativa não foi aceita e não afasta a não conformidade.

Propõe-se, portanto aplicar a penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Recomendação:** Monitorar e acompanhar a ocupação do Hospital Deraldo Guimarães como proposto pela Portaria de Consolidação GM/MS nº02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II e no Termo de Contratualização nº 070/2017, o Contratado, Inc. II, letras Y1-a.a e Inc. III, letras a, b, d e m.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMENARA - FMS ALMENARA	11.486.972/0001-54

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 629979

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde-SMS Almenara não realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital Deraldo Guimarães, no atendimento de casos da COVID-19.

**Evidência:** Em visita constatou-se que a SMS Almenara não realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital Deraldo Guimarães, no atendimento de casos da COVID-19. Não há acompanhamento do Termo de Contratualização, não há Comissão de Acompanhamento de Contratualização, não sendo apresentado relatório qualitativo/quantitativo de análise. Além disso, na análise dos prontuários médicos evidenciou-se a inexistência de supervisor hospitalar.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017, Anexo XXVI - art. 10, inciso I; Anexo XXVI em seu Anexo 2, Capítulo II, art. 5º- Inc. VI; Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n e no Termo de Contratualização nº 070/2017, do Contratado, Inc. III, letras a, b, d e m.

**Fonte da Evidência:**

- Planilha de Análise de Prontuários do Hospital Deraldo Guimarães;
- Termo de Contratualização nº 070/2017;
- Termo de Entrevista do coord. Regulação F.A.A. do dia 10/06/2021;
- Termo de Auditoria SMS/Almenara.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de manifestação escrita, Ofício nº 109/2022 datado de 31/05/2022, o Sr. L.B.A. enquanto pessoa física e representante legal da pessoa jurídica, respondendo aos ofícios SES/AUDUS nº 111/2022 e 112/2022 se manifestou da seguinte forma:

"Diante do exposto no Relatório do Auditoria o município envia para a Câmara Municipal o projeto de Lei criando o cargo de Médico Supervisor Hospitalar. A previsão para concluir todo o trâmite é de 60 dias - criação do cargo para a efetiva contratação e assim o médico responsável supervisionará toda a produção do hospital".

**Análise da Justificativa:** Em análise à justificativa apresentada, o município não apresentou documentação comprobatória das análises feitas pelo Serviço de Controle, Regulação e Avaliação da prestação de serviços do prestador (planilhas, análises de metas quantitativas e qualitativas, controles, etc), tampouco a metodologia de trabalho do serviço para esse fim, como a nomeação da Comissão de Acompanhamento de Contratos-CAC. A justificativa relata a previsão da contratação do médico supervisor hospitalar, o que minimizará a questão de monitoramento presencial dos leitos contratados. Por fim, avaliando a manifestação apresentada, verificou-se que a justificativa não foi aceita e não afasta a não conformidade.

Auditoria nº 639





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Propõe-se, portanto aplicar a penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Organização do Serviço de Controle, regulação e Avaliação do município para o devido monitoramento contratual e das ações desenvolvidas pelos prestadores de serviços, de acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017, Anexo XXVI - art. 10, inciso I; Anexo XXVI em seu Anexo 2, Capítulo II, art. 5º- Inc. VI; Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37, da Resolução CIT/SUS nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n e no Termo de Contratualização nº 070/2017, do Contratado, Inc. III, letras a, b, d e m.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMENARA - FMS ALMENARA	11.486.972/0001-54

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628917

**Subgrupo:** Convênios

**Item:** Prestação de Contas

**Constatação:** A SMS de Almenara não valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador HDG conforme estabelecido no instrumento jurídico firmado (Termos de Convênio 012/2020, 014/2020, 015/2020, 016/2020, 017/2020, 001/2021 e 005/2021) e normas que regulamentam os repasses.

**Evidência:** Em auditoria constatou-se que a SMS Almenara ainda não emitiu parecer acerca das prestações de contas parcial e/ou total dos recursos financeiros disponibilizados ao HDG para enfrentamento da COVID-19 (Vide Anexo II), conforme explicitado abaixo:

Termo de Convênio 012/2020 - R\$ 254.202,08 - Vigência: 75 dias - Validade: 29/06/2020 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 29/07/2020, sendo encaminhada pelo HDG no dia 14/08/2020 e a SMS ainda não forneceu Parecer Final até a data de finalização dos trabalhos operativos de auditoria (28/04/2021).

Termo de Convênio 014/2020 - R\$ 412.970,26 - Vigência: 120 dias - Validade: 23/09/2020 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 23/10/2020, sendo encaminhada pelo HDG no dia 14/08/2020 e a SMS ainda não forneceu Parecer Final até a data de finalização dos trabalhos operativos de auditoria (28/04/2021).

Termo de Convênio 015/2020 - R\$ 324.729,61 - Vigência 105 dias - Validade: 29/06/2020 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 29/07/2020, sendo encaminhada pelo HDG no dia 01/03/2021 e a SMS ainda não forneceu Parecer Final até a data de finalização dos trabalhos operativos de auditoria (28/04/2021).

Termo de Convênio 016/2020 - R\$ 510.588,92 - Vigência: 90 dias - Validade: 21/09/2020 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 21/10/2020, sendo encaminhada pelo HDG no dia 01/03/2021 e a SMS ainda não forneceu Parecer Final até a data de finalização dos trabalhos operativos de auditoria (28/04/2021).

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Termo de Convênio 017/2020 - R\$ 39.000,00 - Vigência: 120 dias - Validade: 23/10/2020 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 23/11/2020, sendo encaminhada pelo HDG no dia 14/08/2020 e a SMS ainda não forneceu Parecer Final até a data de finalização dos trabalhos operativos de auditoria (28/04/2021).

Termo de Convênio 01/2021 - R\$ 1.008.000,00 - Vigência: 120 dias - Validade: 26/04/2021 - Termo ainda vigente Prestação de Contas deverá ser encaminhado pelo prestador até 26/05/2021.

Termo de Convênio 05/2021 - R\$ 480.000,00 - Vigência: 30 dias - Validade: 09/05/2021 - Termo ainda vigente - Prestação de Contas deverá ser encaminhado pelo prestador até 09/06/2021.

Tal fato está em desacordo com PTC/MS nº 02 2017, Anexo XXVI artigo 10 inciso I e II; Lei Federal nº 13.995/2020 - art. 3º Parágrafo Único; Portaria GM/MS nº 774/2020 - art. 5º; Portaria GM/MS nº 1393/2020 - art. 6º; Portaria GM/MS nº 1666/2020 - art. 6º; Termos de Convênios 012/2020, 014/2020, 015/2020, 016/2020, 017/2020 - Cláusula Segunda - Item I - Alínea c) e Cláusula Quinta; Termo de Convênio 001/2021 e 005/2021 - Cláusula terceira - Item I - Alínea c) e Cláusula Sexta.

**Fonte da Evidência:** \_ Termos de Convênios 012/2020, 014/2020, 015/2020, 016/2020, 017/2020, 01/2021 e 05/2021.  
\_ Processos de Prestação de Contas do HDG dos Recursos MAC Recebidos para enfrentamento ao COVID-19 \_  
Protocolos de Entrega das Prestações de Contas pelo HDG à SMS Almenara.  
\_ Termo de Auditoria.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de manifestação escrita, Ofício SMS Almenara nº 109/2022, datado de 31/05/2022, o Sr. L.B.A. enquanto pessoa física e representante legal da pessoa jurídica respondendo aos ofícios SES/AUDUS nº 111/2022 e 112/2022 se manifestou da seguinte forma:

"Após o recebimento do Relatório Preliminar de Auditoria percebemos que não tinha o fluxo estabelecido entre a Contabilidade e Convênios, o setor de convenio recebia a prestação de conta e arquivava na pasta. Passamos as pastas e a contabilidade municipal conforme em anexo realizou todos os pareceres das prestações de conta. (anexo 6)".

**Análise da Justificativa:** Justificativa acatada.

Alega o auditado que por deficiências do processo interno de trabalho de dois setores financeiros da Administração Pública Municipal, não houve em tempo hábil a análise e validação dos dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador HDG dos recursos para enfrentamento ao Covid-19. Para comprovação, encaminhou no Anexo VI os respectivos Relatórios de Análise de Prestação de Contas.

Considera-se portanto, com a comprovação documental encaminhada, que a inconformidade foi sanada com a elaboração dos pareceres.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 625044

**Subgrupo:** Plano de Saúde

**Item:** Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Constatação:** A SMS promoveu os ajustes no PMS inserindo as ações ao enfrentamento ao COVID 19 e o submeteu à aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

**Evidência:** Após analisar o Plano Municipal de Saúde de Almenara 2018/2021 enviado pela SMS de Almenara por meio do SEI nº 1320.01.0139242/2020-90, verificou-se que foram acrescentados os ajustes referente ao enfrentamento da COVID 19 no Capítulo V e o referido instrumento foi aprovado em Ata pelo Conselho Municipal de Saúde.

Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b, c, d, e, f, g, incisos II e III e § 7º e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3

**Fonte da Evidência:** Cópia do Plano Municipal de Saúde 2018/2021 (26608602);  
Cópia da Ata do CMS nº 162 de 29/07/2020 (26608654). **Conformidade:**

Conforme

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 625045

**Subgrupo:** Plano de Saúde

**Item:** Programação Anual de Saúde

**Constatação:** A SMS promoveu parcialmente os ajustes na PAS referentes ao enfrentamento da COVID 19 com aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde.

**Evidência:** Após analisar a PAS /2020 da SMS de Almenara, enviado via SEI nº 1320.01.0139242/2020-90, verificou-se que foram promovidos em parte, os ajustes nesse instrumento de gestão referente ao enfrentamento da COVID-19. Houve a elaboração do Objetivo, Meta e Atividades, porém não foram definidos a previsão orçamentária a fonte dos recursos e o valor.

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b, c, d, e, f, g, incisos II e III e § 7º e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

**Fonte da Evidência:** PAS;  
Ata do CMS nº 162 de 29/07/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício 109/2022 da Prefeitura Municipal de Almenara, datado de 31/05/2022, o Sr. G. S. B. (representante legal da Secretaria Municipal de Almenara, se manifestou da seguinte forma:

"A PAS do município foi alterada, mas na questão COVID não tínhamos a previsão de recebimento de recursos no período. Por esse motivo realizamos a elaboração da alteração do Objetivo, Meta e Atividade".

2- O Sr. L. B. A. (pessoa física) não apresentou justificativa.

**Análise da Justificativa:** Considerando a NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS:

#### 2. SOBRE O DIGISUS GESTOR - MÓDULO PLANEJAMENTO

2.1. O digiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP) foi regulamentado pela Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, artigos 435 a 441.

2.2. Conforme esta portaria, os gestores dos estados, municípios e Distrito Federal devem registrar no DGMP as Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores (DOMI) do PS; proceder à anualização de metas com o registro das ações e lançamento da previsão orçamentária na PAS e prestar contas das metas previstas na PAS no Relatório de Gestão (RG).

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



A SMS poderia ter realizado o lançamento da previsão orçamentária ao longo do ano de 2020.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foi apresentada justificativa suficiente para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomendamos que a SMS realize o lançamento da previsão orçamentária da PAS de acordo com Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b,c,d,e,f,g , incisos II e III e § 7º e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMENARA - FMS ALMENARA	11.486.972/0001-54

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 629297

**Subgrupo:** Relatório de Gestão

**Item:** Sistemática de Elaboração/Conteúdo

**Constatação:** A SMS de Almenara apresentou os RDQAs dos três quadrimestres de 2020, contemplando as informações referente ao enfrentamento da COVID-19, porém não os apresentou ao Conselho Municipal de Saúde e nem à Câmara de Vereadores.

**Evidência:** Após analisar os RDQAs dos três quadrimestres de 2020 da SMS de Almenara incluídos nos papéis de Trabalho do SEI 1320.01.0139242/2020-90 verificou-se que os mesmos contemplam as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19 quais sejam: 7ª Diretriz -Articular com os diversos setores da secretaria municipal de saúde para treinamento e capacitação dos profissionais envolvidos; Contratação de Pessoal exclusivo para o enfrentamento; Aquisição de Testes rápidos; Criação e Manutenção das Barreiras Sanitárias; Compra de Material de consumo e insumo; Criação de 10 Leitos de UTI no Hospital Deraldo Guimarães; Criação do Centro de Referência ao COVID; O RDQAs do último quadrimestre contempla as despesas totais com saúde executadas com recursos próprios e com recursos transferidos de outros entes; porém os referidos Relatórios não foram apresentados ao Conselho Municipal de Saúde e nem à Câmara de Vereadores.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV art. 100 incisos I, II, III; Nota Técnica Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

**Fonte da Evidência:** Termo de Entrevista do Coordenador de Regulação do dia 10/06/2021;  
RDQAs dos três quadrimestres/ **Conformidade:**

Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício nº 109/2022 da Secretaria Municipal de Saúde de Almenara, datado de 31/05/2022, o Sr. L. B. A.. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Almenara), se manifestou da seguinte forma:

"Devido a Pandemia e obedecendo a Lei Municipal, não estavam previstos reuniões no período, conforme o ofício em anexo município no dia 04/04/2022 solicitamos a audiência pública na câmara para apresentação, estamos aguardando a marcação. (anexo 07). Conforme anexo 08, solicitamos o ponto de pauta para a reunião do conselho".

2- O Sr. L. B. A. (pessoa física) não apresentou justificativa.

**Análise da Justificativa:** O auditado, por meio do Ofício da Secretaria Municipal de Saúde nº 98/2022, datado de 22/04/2022 solicitou a

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



inclusão de pauta para apresentação dos RDQAs de 2020 e 2021 ao Conselho Municipal de Saúde e através do Ofício nº 85/2021 datado de 04/04/2022 solicitou audiência pública à Câmara de Vereadores para apresentação dos RDQAs acima citados. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foi apresentada justificativa suficiente para afastar a não conformidade. **Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 629334

**Subgrupo:** Relatório de Gestão

**Item:** Sistemática de Elaboração/Conteúdo

**Constatação:** O RAG 2020 contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes ao enfrentamento da pandemia COVID-19 porém, não foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

**Evidência:** Após a análise do RAG/2020 da SMS de Almenara verificou-se que o mesmo contempla as ações realizadas na Diretriz nº 7 quais sejam: Articular com os diversos setores da secretaria municipal de saúde para treinamento e capacitação dos profissionais envolvidos; Contratação de Pessoal exclusivo para o enfrentamento; Aquisição de Testes rápidos; Criação e Manutenção das Barreiras Sanitárias; Compra de Material de consumo e insumo; Criação de 10 Leitos de UTI no Hospital Deraldo Guimarães; Criação do Centro de Referência ao COVID. Contempla também e as prestações de contas referentes ao enfrentamento da pandemia, no item 9 - Execução Orçamentária e Financeira e sub itens 9.1 a 9.7.

Segundo o Coordenador de Regulação, o referido instrumento, ainda não foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde por falta de quórum, sendo a data limite 30 de março de 2021.

Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141/2012 art. 36 § 1º; Portaria de Consolidação nº 1 Título IV, Capítulo I art. 99 inciso IV §3º.

Auditado sujeito à penalidade de Advertência Escrita.

**Fonte da Evidência:** Cópia do Relatório Anual de Gestão - SEI 1320.01.0139242/2020-90;

Cópia do Termo de Entrevista do Coord. de Regulação - SEI 1320.01.0139242/2020-90;

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício nº 109/2022 da Secretaria Municipal de Saúde de Almenara, datado de 31/05/2022, o Sr. L. B. A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Almenara), se manifestou da seguinte forma: Devido a pandemia e obedecendo a Lei Municipal, o conselho não estava realizando reuniões, o Relatório Anual de Gestão de 2020 foi aprovado na reunião do dia 27/10/2021, conforme resolução anexo.(anexo 9)

2- O Sr. L. B. A. (pessoa física) não apresentou justificativa.

**Análise da Justificativa:** 1- Analisando o anexo 09 citado na justificativa do representante da SMS de Almenara constatou-se que o RAG 2020 foi aprovado em Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 04 de 27/10/2020. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foi apresentada justificativa suficiente para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 629222

**Subgrupo:** Execução Orçamentária

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** A SMS promoveu a devida alteração/complementação na LDO 2020 para identificar as ações, programas e despesas

Auditoria nº 639



para o enfrentamento da COVID-19.

#### Evidência:

Durante a auditoria, verificou-se que apesar da LDO 2020 do município não ter sido alterada/complementada para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID 19, o prefeito municipal publicou 11 decretos que abrem no Orçamento da Seguridade Social, Crédito Extraordinário para inclusão/reforço das dotações Orçamentárias do Orçamento Anual exercício de 2020 destinadas ao enfrentamento da Pandemia causada pelo coronavírus e dá outras providências. Todos os decretos possuem artigo com a seguinte informação: -Créditos extraorçamentários terão vigência no exercício, independente da duração do estado de calamidade, motivo pelo qual deixa-se de proceder alterações no PPA e LDO, cuja flexibilização desta última, dar-se automaticamente, na forma que, na duração e nos critérios que estabelecido em lei. Os referidos decretos foram os seguintes:

- Decreto Municipal nº 228, de 24/03/2020;
- Decreto Municipal nº 242, de 25/05/2020;
- Decreto Municipal nº 248, de 08/06/2020;
- Decreto Municipal nº 252, de 22/06/2020;
- Decreto Municipal nº 261, de 15/07/2020;
- Decreto Municipal nº 266, de 27/07/2020;
- Decreto Municipal nº 269, de 03/08/2020;
- Decreto Municipal nº 275, de 01/09/2020;
- Decreto Municipal nº 288, de 01/10/2020;
- Decreto Municipal nº 296, de 03/11/2020;- Decreto Municipal nº 300, de 01/12/2020.

\*Tal fato está de acordo com o Decreto Federal nº 10.360/2020 (art. 1º incisos I, II e III), a Instrução Normativa nº 41/2020 (art. 2º incisos I, II alíneas a), b) e c) e inciso III), o Decreto Municipal nº 228, de 24/03/2020, o Decreto Municipal nº 242, de 25/05/2020, Decreto Municipal nº 248, de 08/06/2020, o Decreto Municipal nº 252, de 22/06/2020, o Decreto Municipal nº 261, de 15/07/2020, o Decreto Municipal nº 266, de 27/07/2020, o Decreto Municipal nº 269, de 03/08/2020, o Decreto Municipal nº 275, de 01/09/2020, o Decreto Municipal nº 288, de 01/10/2020, o Decreto Municipal nº 296, de 03/11/2020 e com o Decreto Municipal nº 300, de 01/12/2020.

#### Fonte da Evidência:

- Lei Municipal nº 1.537, de 16 de julho de 2019, que estabelece as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município de Almenara para exercício de 2020 (LDO 2020);
- Decreto Municipal nº 228, de 24/03/2020;
- Decreto Municipal nº 242, de 25/05/2020;
- Decreto Municipal nº 248, de 08/06/2020;
- Decreto Municipal nº 252, de 22/06/2020;
- Decreto Municipal nº 261, de 15/07/2020;
- Decreto Municipal nº 266, de 27/07/2020;
- Decreto Municipal nº 269, de 03/08/2020;
- Decreto Municipal nº 275, de 01/09/2020;
- Decreto Municipal nº 288, de 01/10/2020;
- Decreto Municipal nº 296, de 03/11/2020;- Decreto Municipal nº 300, de 01/12/2020.

**Conformidade:** Conforme

#### VIII - CONCLUSÃO

O Processo de Auditoria Assistencial Programada realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Almenara e Unidade Visitada Hospital Deraldo Guimarães foi desencadeado por meio do Despacho nº 222/2020/SES/AUDSUS datado de 21/12/2020 que solicita seja realizada ação de Auditoria em atendimento ao Plano Anual de Auditoria Assistencial do CEA/SUS-MG - exercício de 2021 - que propõe a realização de auditorias nas Secretarias

Auditoria nº 639





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



Municipais de Saúde e nos Hospitais beneficiados com recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19.

O Processo de Auditoria tramita no SEI sob nº 1320.01.0139151/2020-25 e foi realizada pelos auditores da Assessoria Regional de Auditoria Assistencial da Superintendência Regional de Saúde de Teófilo Otoni (SRS/TO) e da Assessoria Regional de Auditoria Assistencial da Superintendência Regional de Saúde de Montes Claros (SRS/MOC).

A Equipe de Auditores realizou Auditoria Analítica e Operativa, coletando dados e analisando fatos que possibilitaram os esclarecimentos, quanto à aquisição e utilização de materiais/equipamentos/insumos/medicamentos necessários para a assistência aos usuários e utilização dos recursos financeiros recebidos da União, Estado e Município para assistência aos usuários COVID-19.

O Auditado recebeu o Relatório Preliminar, assim como seu responsável como pessoa física, encaminhado pelo ARAS Nordeste, em tempo hábil a fim de propiciar a garantia da ampla defesa para interposição de manifestação em 1ª Instância a critério dos interessados.

Transcorrido o prazo concedido com prorrogação, o auditado (pessoa jurídica) e pessoa física responsabilizável se utilizaram da mesma manifestação acerca dos indícios de não conformidades elencadas no Relatório Preliminar de Auditoria.

Analizada a manifestação, em razão da inexistência de documentação comprobatória e/ou de outras premissas, restaram ainda não conformidades, conforme categorizadas abaixo:

### 1 - Não Conformidades Financeiras:

- a) Repasses de recursos financeiros federais do SUS para combate ao COVID-19 específicos para o Hospital Deraldo Guimarães (HDG) forados prazos determinados pelas legislações em vigor;
- b) Transferências bancárias indevidas de recursos federais do SUS repassados fundo a fundo para combate ao COVID-19;
- c) Inexistência de aplicação de recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no HDG;

### 2 - Não Conformidades Assistenciais:

- a) Inexistência de acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 no HDG;
- b) Inexistência de procedimentos de controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo HDG, no atendimento de casos da COVID-19;
- c) Inexistência de ajustes na PAS 2020 no que tange à definição da previsão orçamentária, da fonte dos recursos e o valor disponível para o combate ao COVID-19.

Diante do exposto, foram elaboradas recomendações com intuito de indicar e orientar o auditado a adotar ações e posturas no sentido de sanar as inconformidades detectadas.

Propõe-se encaminhar Relatório Final e Ofício de Aplicação de Penalidade propostas no Relatório Final de Auditoria nº 639 ao auditado, concedendo-lhe prazo para interposição de recurso em 2ª Instância.

## IX - ANEXOS

### ANEXO 01 (NT) - Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo FMS Almenara

Auditoria nº 639



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### ANEXOS

#### A. PARA O RELATÓRIO DA SMS:

ANEXO 01 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Almenara ao Hospital Deraldo Guimarães no período de 01/03/2020 a 30/04/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
0606/624024-4	FNS	-	774/2020	012/20	1907/2020	17/04/20	254.202,08	0606/500279-5	254.202,96	75 dias (29/06/20)	Sim. Prestou contas de forma atrasada.
0606/624024-4	FNS	-	1393/2020	014/20	1980/2020	29/05/20	412.970,26	0284/33242-9	412.999,44	120 dias (23/09/20)	Sim. Prestou contas no prazo.
0606/624024-4	FNS	-	1448/2020	016/20	2261/2020	02/07/20	510.588,92	0284/33242-9	509.342,46	90 dias (21/09/20)	Sim. Prestou contas de forma atrasada.
0606/624024-4	FNS	-	1666/2020	015/20	2479/2020	20/07/20	324.729,61	0284/33242-9	328.257,14	105 Dias (29/06/20)	Sim. Prestou contas de forma atrasada.
0606/624024-4	FNS	-	774/2020	017/20	2248/2020	30/06/20	39.000,00	0606/500279-5	40.000,00	120 dias (23/10/20)	Sim. Prestou contas no prazo..
0606/624024-4	FNS	-	3566/2020	001/21	06/2021	13/01, 02/02 e 08/03/21	1.008.000,00	0284/33242-9	Termo ainda vigente.	120 dias (26/04/21)	Não. Termo ainda vigente. PC deve ser enviada até 26/05/21
0606/624024-4	FNS	-	559/2021	005/21	1189/2021	09/04/21	480.000,00	0284/33242-9	Termo ainda vigente.	30 dias (09/05/21)	Não. Termo ainda vigente.
TOTAL REPASSADO:							2.990.490,87	TOTAL GASTO*:	1.544.802,00	* Até a fase operativa da auditoria	